

Conservadorismo nos Resultados Contábeis de Instituições Financeiras Estatais e Privadas

Autoria: Giovani Antonio Silva Brito, Alexsandro Broedel Lopes, Antonio Carlos Coelho

Resumo:

O artigo discute o conservadorismo nos resultados contábeis divulgados pelas instituições financeiras que atuam no Brasil. A pesquisa examina se os resultados contábeis das instituições financeiras apresentam atributos de conservadorismo condicional e se essa característica é diferenciadora entre bancos estatais e bancos privados. Considera-se que os gestores dos bancos estatais tomam decisões sobre a alocação de recursos públicos em operações reguladas e fiscalizadas por diversos órgãos do governo. Em consequência, sua exposição legal é superior à dos gestores dos bancos privados, o que os leva a reportar resultados contábeis mais conservadores. O estudo foi feito aplicando-se os modelos de reversão de componentes transitórios do lucro propostos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005) a uma amostra de 276 instituições financeiras durante o período de junho de 1997 a junho de 2007. Os resultados indicam que os lucros das instituições financeiras, considerados conjuntamente, não apresentam atributos de conservadorismo condicional. No entanto, examinando instituições públicas e privadas separadamente, há evidências da presença de conservadorismo nos resultados publicados pelos bancos estatais, confirmando a hipótese de pesquisa.

1. Introdução

A contabilidade busca prover os usuários com informações que os auxiliem em suas decisões. A utilidade das informações fornecidas pela contabilidade está associada à sua capacidade de retratar a realidade econômica da empresa e alterar as expectativas dos usuários quanto ao seu desempenho futuro.

A informação contábil é considerada relevante quando auxilia os usuários na previsão dos fluxos de caixa futuros da firma, refletindo na alocação eficiente de recursos econômicos. Os usuários das informações contábeis são os diversos agentes econômicos que se relacionam ou têm interesses frente à empresa, como acionistas, credores, fornecedores, funcionários, órgãos reguladores etc.

A teoria contratual da firma considera que as relações entre a empresa e os agentes econômicos são feitas por meio de um conjunto de contratos que podem ser explícitos ou não. Para que o desempenho da empresa seja adequado, é necessário que exista um equilíbrio nas relações contratuais, de maneira que os interesses econômicos das partes envolvidas sejam protegidos.

Sob a ótica da teoria contratual da firma, as informações contábeis são utilizadas como suporte ao monitoramento dos contratos entre a empresa e os agentes econômicos. Nesse sentido, a eficiência das relações contratuais depende essencialmente do acesso que as partes contratantes têm às informações contábeis.

Nem todos os agentes que se relacionam com a empresa têm acesso ao mesmo conteúdo informativo. Os gestores detêm informações mais completas e tempestivas sobre a realidade econômica da firma do que os agentes externos, como acionistas minoritários e credores. Se os interesses dos gestores não estiverem alinhados com os dos agentes externos, eles podem agir de maneira oportunista para maximizar seus interesses próprios, em detrimento aos contratos estabelecidos.

Para inibir comportamentos oportunistas dos gestores, são criados mecanismos de governança corporativa com o objetivo de evitar a expropriação de riqueza dos agentes externos. A

contabilidade exerce um papel importante nesse processo, pois há uma complementaridade entre a qualidade da informação contábil e os mecanismos de governança corporativa.

Quando a qualidade da informação contábil é elevada, os agentes externos precisam de poucos mecanismos adicionais de governança corporativa para proteger seus capitais. Por outro lado, quando a qualidade da informação contábil é baixa, os agentes externos precisam de muitos mecanismos adicionais de governança corporativa.

A principal contribuição da contabilidade para evitar comportamentos oportunistas dos gestores é a redução da assimetria informacional entre as diversas partes contratuais, bem como a criação de incentivos econômicos para alinhar as ações dos gestores aos interesses dos agentes externos.

Um dos números mais importantes produzidos pela contabilidade é o lucro (LOPES e MARTINS, 2005). A qualidade informacional do lucro é de especial interesse dos agentes econômicos, já que ele subsidia as decisões de alocação de recursos e suporta o monitoramento das relações contratuais, especialmente em relação ao comportamento dos gestores. No entanto, devido aos ajustes discricionários decorrentes do regime de competência, o lucro carrega uma dose importante de discricionariedade, uma vez que os gestores têm certa liberdade na sua apuração dentro das normas contábeis.

A qualidade da informação contábil pode ser avaliada sob diversos enfoques, dependendo da utilidade que essa informação tem para os diversos tipos de usuários. Sob a perspectiva econômica, a qualidade da informação contábil está ligada à sua capacidade de refletir os fenômenos econômicos ocorridos na empresas.

A qualidade da informação contábil é elevada quando a contabilidade captura bem a realidade econômica da empresa e baixa quando contabilidade não captura bem a realidade econômica da firma. Um atributo que revela a qualidade informacional do lucro contábil é o reconhecimento parcimonioso dos ganhos econômicos e a antecipação tempestiva das perdas econômicas.

Uma das características mais importantes da prática contábil e que influencia a qualidade informacional do lucro é o conservadorismo. Na estrutura conceitual da contabilidade, o conservadorismo enquadra-se como uma convenção que restringe a aplicação dos princípios contábeis em situações específicas.

A convenção do conservadorismo estabelece que entre alternativas igualmente relevantes de avaliação, deve-se escolher a que represente o menor valor para os ativos e receitas e o maior valor para os passivos e despesas. Essa assimetria representa um viés na avaliação dos fenômenos que afetam os resultados e o patrimônio da empresa, uma vez as perdas econômicas são reconhecidas mais rapidamente do que os ganhos econômicos.

A assimetria no reconhecimento de ganhos e perdas econômicas também pode estar presente nos resultados contábeis das instituições financeiras. Reconhecimentos diferenciados de ganhos e perdas podem ocorrer, por exemplo, na apuração dos resultados com as operações de crédito.

De acordo com as normas em vigor, as provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas segundo classificações de risco (*ratings*) atribuídas pelos bancos às operações de crédito. Ainda que as instituições devam considerar certos fatores estabelecidos pelo órgão regulador na atribuição das classificações de risco, essas se baseiam em critérios predominantemente subjetivos. Dessa maneira, melhoras e pioras nas perspectivas econômicas e na qualidade de crédito dos tomadores da carteira podem ser reconhecidas de forma assimétrica na constituição das provisões, impactando os resultados da instituição.

Um aumento no risco da carteira pode ser reconhecido imediatamente nos resultados da instituição, por meio da elevação das provisões para créditos de liquidação duvidosa. De outro lado, uma redução no risco da carteira pode não ser reconhecida imediatamente nos resultados, por meio da redução das provisões, mas somente quando da efetiva realização das

receitas com as operações. Assim, na presença do conservadorismo, as perdas não realizadas são reconhecidas antes dos ganhos não realizados.

A literatura aponta diversos fatores que motivam a prática do conservadorismo contábil, como, por exemplo, as relações contratuais da empresa, os mecanismos de governança corporativa, a estrutura regulatória da contabilidade e a legislação tributária. Um fator também tratado na literatura como explicativo do conservadorismo são os litígios.

O reporte de lucros superavaliados altera a distribuição dos fluxos de caixa da empresa, gerando conflitos entre gestores e fornecedores de capital. Adicionalmente, a divulgação de informações contábeis incorretas, produzidas intencionalmente ou não, expõe os gestores a riscos de litígios junto aos órgãos reguladores. Em consequência, há um incentivo para que os gestores apurem lucros mais conservadores.

O sistema financeiro brasileiro é caracterizado pela expressiva participação das instituições públicas (bancos estatais). Apesar da privatização de grande parte dos bancos pertencentes aos governos estaduais, os bancos públicos ainda controlam parcela importante dos ativos do mercado. Segundo dados do Banco Central do Brasil, em junho de 2007 os três maiores bancos públicos detinham 32,2% dos ativos e 33,2% das operações de crédito de todo o sistema financeiro.

No Brasil, os bancos estatais atuam como agentes de políticas governamentais, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social do país, por meio da oferta de crédito e serviços financeiros em condições diferenciadas. Cabe ressaltar que, além dessas atividades, alguns bancos estatais também realizam operações bancárias tradicionais no mercado, concorrendo com as instituições privadas.

Atuando como agentes de políticas governamentais no mercado de crédito, os bancos estatais aplicam recursos públicos a taxas de juros subsidiadas. Esses recursos são destinados principalmente ao financiamento de crédito rural, de habitação popular e de investimentos industriais de longo prazo, segmentos em geral não atendidos pelos bancos privados.

Parte dos recursos aplicados pelos bancos estatais nessas operações provém do orçamento do governo, de fundos constitucionais de financiamento (FNO, FNE e FCO) e de fundos públicos (FGTS e FAT). A aplicação desses recursos é regulamentada e fiscalizada por diversos órgãos do governo, por isso, a exposição legal dos gestores dos bancos estatais é maior do que a dos gestores dos bancos privados, uma vez que os primeiros tomam decisões sobre a alocação de recursos públicos.

Para reduzir sua exposição legal, os gestores dos bancos estatais podem ser mais conservadores na apuração dos resultados contábeis, reconhecendo mais rapidamente as perdas do que os ganhos econômicos. Nesse caso, os lucros reportados pelas instituições públicas seriam mais conservadores do que os lucros reportados pelas instituições privadas.

O presente estudo examina a prática do conservadorismo nos resultados contábeis das instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro. A pesquisa verifica se os resultados divulgados pelas instituições apresentam atributos de conservadorismo e se essa característica é diferenciada entre instituições de capital público e de capital privado.

Devido à maior exposição legal dos gestores dos bancos estatais, já que esses decidem sobre a aplicação de recursos públicos e estão sujeitos à maior regulação e fiscalização, espera-se que os resultados contábeis das instituições públicas sejam mais conservadores do que os das instituições privadas.

O artigo está disposto da seguinte maneira: na seção 2 é apresentado o referencial teórico que subsidia o estudo; a seção 3 descreve os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa; a seção 4 apresenta os resultados obtidos e na seção 5 têm-se as considerações finais do trabalho.

2. Conservadorismo

O conservadorismo nas práticas contábeis pode ser caracterizado pelo grau de verificação exigido pelo contador no reconhecimento de ganhos e perdas econômicas. Basu (1997) conceitua o conservadorismo como a tendência dos contadores de exigir um grau maior de verificação para reconhecer como ganhos as boas notícias, do que para reconhecer as más notícias como perdas.

Para Watts (2003a), a necessidade de maior verificação para antecipar o reconhecimento de ganhos econômicos do que para antecipar o reconhecimento de perdas econômicas decorre da dificuldade de se registrar lucros não realizados sobre os quais ainda não há direitos legalmente constituídos.

Nesse sentido, o conservadorismo implica que as empresas, ao se defrontarem com más notícias, reconhecem imediatamente as perdas estimadas nos resultados contábeis. Porém, quando elas se defrontam com boas notícias, os ganhos esperados não são reconhecidos rapidamente nos resultados, devido às maiores exigências quanto à sua verificação.

Como as más notícias são reconhecidas nos resultados de forma mais oportuna do que as boas notícias, os lucros contábeis refletem mais rapidamente as perdas econômicas do que os ganhos econômicos incorridos pela empresa.

A assimetria no reconhecimento de boas e más notícias também pode ser observada em relação à persistência dos resultados contábeis. Segundo Basu (1997), as boas notícias são reconhecidas nos resultados de forma menos oportuna do que as más notícias, porém, os ganhos decorrentes das boas notícias tendem a ser mais persistentes do que as perdas decorrentes das más notícias.

As boas notícias refletem apenas parcialmente nos resultados presentes, continuando a impactar os lucros futuros quando da sua verificação. Em razão disso, as boas notícias têm efeito persistente nos resultados contábeis da empresa. O reconhecimento oportuno das más notícias implica que a maior parte das perdas é incorporada aos resultados presentes, deixando uma parte residual para ser reconhecida nos resultados futuros. As perdas decorrentes das más notícias são revertidas no período subsequente ao seu reconhecimento, não impactando os resultados futuros. Assim, o efeito das más notícias nos resultados da empresa é transitório.

Enquanto o efeito das más notícias produz um choque transitório na série temporal de lucros que tende a ser revertido no período subsequente, o efeito das boas notícias se distribui ao longo de diversos períodos, conforme os ganhos decorrentes dessas notícias sejam efetivamente realizados.

Alguns autores separam o conservadorismo em incondicional e condicional. O primeiro tipo de conservadorismo é o processo que incondicionalmente reporta baixos valores de patrimônio líquido, independente de sinais de prováveis perdas econômicas (BALL e SHIVAKUMAR, 2005). O conservadorismo condicional, por sua vez, se refere ao fenômeno que enfatiza a associação entre a antecipação do reconhecimento e a possibilidade de ocorrerem perdas econômicas.

O conservadorismo não está associado tão somente à disposição dos gestores em fornecer informações contábeis que reflitam em maior ou menor grau a realidade econômica da empresa. Diversos outros fatores são apontados na literatura como motivadores da prática do conservadorismo, como relações contratuais da empresa, mecanismos de governança corporativa, custos com litígios judiciais, estrutura regulatória e legislação tributária, entre outros.

Ball *et al.* (2000) consideram que a prática contábil é influenciada pela origem do sistema jurídico do país. Nos países com sistema jurídico de direito codificado (*code-law*), a prática contábil sofre influências políticas, enquanto nos países de direito consuetudinário (*common law*), a contabilidade é influenciada principalmente pelo setor privado. Os autores mostraram

evidências empíricas de que os números contábeis em países *common law* são mais conservadores do que nos países *code-law*.

Para Watts (2003a, 2003b), o conservadorismo está associado às relações contratuais da firma. A prática do conservadorismo reduz a probabilidade dos gestores superestimarem o valor dos ativos e dos lucros, evitando distribuições de resultados em desacordo com os contratos estabelecidos. Em consequência, o conservadorismo aumenta o valor da firma, na medida em que restringe o comportamento oportunista dos gestores.

O conservadorismo também sofre influências da legislação tributária. Como há tributos que têm o lucro como base de cálculo, as empresas podem reduzir seus encargos tributários postergando o reconhecimento das receitas ou antecipando o reconhecimento das despesas. Dessa forma, a tributação gera um incentivo para a prática do conservadorismo na apuração dos resultados contábeis.

Ball e Shivakumar (2005) comentam que a prática do conservadorismo não é decorrente da estrutura regulatória, mas sim da demanda por informações contábeis úteis para as relações contratuais e que sirvam como mecanismos de governança. Nesse contexto, os autores apresentam evidências de que os números contábeis das empresas de capital aberto no Reino Unido são mais conservadores do que os das empresas de capital fechado, ainda que elas tenham a mesma regulação, os mesmos padrões contábeis e a mesma tributação.

Watts (2003a, 2003b) considera que os litígios são também uma fonte de conservadorismo. Os litígios judiciais envolvendo gestores e auditores são mais prováveis quando os lucros e os ativos líquidos da empresa estão superestimados do que quando eles estão subestimados. Em consequência, há um incentivo para os gestores reportarem lucros e ativos líquidos mais conservadores.

Em relação a esse aspecto, Ball *et al.* (2000) constataram que, dentro de um grupo de países de *common law*, as demonstrações contábeis das empresas no Reino Unido são menos conservadoras do que as demais. Segundo os autores, essa evidência é decorrente do fato de no Reino Unido haver menos litígios e regulação do que nos demais países.

Basu (1997) examinou o efeito da exposição legal dos auditores no reporte tardio de más notícias. Os resultados mostram que nos períodos de maior exposição legal dos auditores, o reconhecimento oportuno das más notícias em relação às boas é maior. Esses resultados indicam uma relação entre os litígios envolvendo os auditores e o conservadorismo contábil.

Os litígios também foram discutidos por Huijgen e Lubberink (2005). Os autores observaram que o conservadorismo de empresas britânicas listadas no mercado americano é maior do que o das empresas não listadas, devido ao fato de o ambiente regulatório norte-americano ser mais restritivo do que o britânico. Para os autores, esses resultados são consistentes com a hipótese de que os litígios afetam o conservadorismo.

Apesar da ampla discussão na literatura internacional, ainda são poucas as pesquisas realizadas no Brasil com o objetivo de investigar a prática do conservadorismo nas empresas e os diversos fatores que a determina. A seguir são citados alguns estudos recentes sobre esse tema e os principais resultados obtidos pelos autores.

Santos (2006) investigou se o grau de conservadorismo nas demonstrações elaboradas por empresas brasileiras segundo o modelo norte-americano (US GAAP) é diferente daquelas elaboradas segundo o modelo brasileiro (BR GAAP). O autor utilizou uma amostra composta por 33 companhias brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque no período entre 1999 e 2004. Os resultados indicaram que não há diferenças significantes nos níveis de conservadorismo entre os modelos contábeis norte-americanos e brasileiros.

Costa, Lopes e Costa (2006) estudaram o conservadorismo nos números contábeis publicados por empresas de cinco países: Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela. Os autores examinaram a assimetria no reconhecimento de boas e más notícias durante o período de 1995

a 2001. Os resultados indicaram um baixo nível de conservadorismo contábil nas empresas dos países pesquisados.

Paulo, Antunes e Formigoni (2006) verificaram se há diferenças significantes entre os níveis de conservadorismo das companhias de capital aberto e das companhias de capital fechado no Brasil. Os autores estudaram o conservadorismo por meio da reversão dos resultados contábeis em uma amostra formada por 1.384 empresas-ano no período entre 2000 e 2004. Os resultados revelaram uma divergência na prática do conservadorismo entre os tipos de empresas estudadas e evidenciaram que as companhias fechadas apresentam menor nível de conservadorismo do que as companhias abertas.

Coelho e Lima (2007) também examinaram a prática do conservadorismo na apuração dos lucros entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto, utilizando uma amostra e um período de análise maior do que o estudo anterior. Os autores testaram o registro tempestivo assimétrico de perdas econômicas a partir de uma amostra composta por 2.833 empresas no período entre 1995 e 2004, utilizando os modelos de componentes transitórios do lucro e de apropriações contábeis. Os resultados contrariaram a pesquisa anterior e indicaram a inexistência de diferenças significantes entre os níveis de conservadorismo nos resultados das companhias de capital fechado e das companhias de capital aberto.

Cabe ressaltar que os estudos citados se concentram em empresas não financeiras. Não foi identificada nenhuma pesquisa no Brasil que examine especificamente a prática do conservadorismo em instituições financeiras, muito embora a amostra utilizada por Coelho e Lima (2007) incluía 17 empresas pertencentes ao segmento de intermediários financeiros (0,6% da amostra total).

3. Metodologia

A pesquisa tem por objetivo examinar o conservadorismo condicional nos resultados contábeis das instituições financeiras que atuam do mercado brasileiro e verificar se há diferenças significantes no grau de conservadorismo entre as instituições de capital público e as de capital privado.

O estudo busca responder duas questões de pesquisa: Os resultados contábeis das instituições financeiras que atuam no Brasil apresentam atributos de conservadorismo condicional? Os resultados contábeis dos bancos estatais têm maior grau de conservadorismo condicional do que os resultados contábeis dos bancos privados?

Espera-se que os resultados contábeis das instituições financeiras apresentem atributos de conservadorismo e que os resultados dos bancos estatais sejam mais conservadores do que os dos bancos privados. Dessa forma, são testadas as seguintes hipóteses:

H_{0a}: os resultados contábeis publicados pelas instituições financeiras apresentam atributos de conservadorismo condicional.

H_{0b}: os resultados contábeis das instituições financeiras de capital público apresentam maior grau de conservadorismo condicional do que os resultados contábeis das instituições financeiras de capital privado.

Para testar as hipóteses, foi selecionada uma amostra de instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro. A população de estudo a partir da qual a amostra foi extraída compreende todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais integram o chamado Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Do total de instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional, formaram a amostra aquelas que fazem parte dos grupamentos denominados pelo Banco Central do Brasil como Consolidado Bancário I e Consolidado Bancário II.

O Consolidado Bancário I engloba as instituições bancárias independentes do tipo: banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica; que não integram conglomerados; bem como conglomerados em cuja composição se verifica pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial.

O Consolidado Bancário II engloba as instituições bancárias independentes do tipo: banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento e banco de desenvolvimento, que não integram conglomerados, bem como os conglomerados em cuja composição não se verifica instituições do tipo: banco comercial e banco múltiplo com carteira comercial, mas que contam com pelo menos uma instituição do tipo banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento e banco de desenvolvimento.

Assim, do total de instituições do Sistema Financeiro Nacional, não fizeram parte da amostra as Cooperativas de Crédito (Consolidado Bancário III) e as instituições não-bancárias (Consolidado Não-Bancário). Destaca-se que o Consolidado Bancário I e o Consolidado Bancário II representam a maior parte dos ativos do Sistema Financeiro Nacional. Em junho de 2007, os ativos totais dos conglomerados e instituições financeiras que fazem parte do Consolidado Bancário I e do Consolidado Bancário II representam 97,7% dos ativos totais do Sistema Financeiro Nacional.

Como os modelos utilizados para testar as hipóteses de pesquisa incluem variáveis defasadas no tempo, foram excluídas da amostra as instituições financeiras que não tinham dados contábeis disponíveis de pelo menos 4 datas subseqüentes durante o período de pesquisa, definido entre junho de 1997 e junho de 2007. Com esses critérios, a amostra final utilizada no estudo engloba 276 instituições financeiras, sendo 240 de capital privado e 36 de capital público.

Após a seleção da amostra, foram coletados os dados para aplicação dos testes. Devido ao reduzido número de instituições financeiras de capital aberto no mercado brasileiro, não foi possível a utilização de dados de preços de ações. Assim, são utilizados principalmente dados de natureza contábil, o que permite uma maior abrangência do estudo em relação à quantidade de instituições financeiras.

Os dados foram extraídos das demonstrações contábeis disponíveis publicamente no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil. Foram coletadas demonstrações contábeis individuais para as instituições financeiras independentes e demonstrações contábeis consolidadas para os conglomerados financeiros.

As demonstrações contábeis coletadas são semestrais, já que as instituições financeiras são obrigadas legalmente a publicar resultados semestrais em junho e dezembro de cada ano. Foram utilizados dados contábeis de 21 semestres (junho de 1997 a junho de 2007). Considerando os dados contábeis de cada instituição financeira em cada semestre como uma observação, a amostra total englobou 3.120 observações (instituição-ano).

A tabela 1 a seguir mostra a quantidade de instituições financeiras por semestre na amostra. A quantidade máxima de instituições foi verificada em junho de 1997 (192) e a quantidade mínima de instituições foi observada em junho de 2007 (122).

Tabela 1 – Quantidade de Instituições Financeiras por Semestre

Semestre	Quantidade	Semestre	Quantidade	Semestre	Quantidade
Jun/97	192	Dez/00	152	Jun/04	133
Dez/97	186	Jun/01	147	Dez/04	134
Jun/98	174	Dez/01	146	Jun/05	134
Dez/98	175	Jun/02	135	Dez/05	132
Jun/99	172	Dez/02	135	Jun/06	128
Dez/99	166	Jun/03	134	Dez/06	127

Jun/00	161	Dez/03	135	Jun/07	122
--------	-----	--------	-----	--------	-----

Os dados contábeis utilizados no estudo foram o resultado líquido, o resultado operacional e o ativo total. Além dos dados contábeis, foram utilizadas informações quanto à origem de capital das instituições (estatal ou privado), dado também disponível no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil.

Para testar as hipóteses de pesquisa, foram aplicados os modelos de Basu (1997) e de Ball e Shivakumar (2005), em suas formas originais e adaptadas. Esses modelos capturam a presença do conservadorismo condicional por meio da reversão dos componentes transitórios do lucro.

O modelo de Basu (1997) assume que as empresas que se defrontam com más notícias são mais propensas a reconhecer oportunamente as perdas econômicas do que aquelas que se defrontam com boas notícias reconhecem os ganhos econômicos. As variações positivas nos lucros antecedentes são utilizadas para representar boas notícias e as variações negativas nos lucros antecedentes são utilizadas para representar más notícias.

O modelo segmenta as observações entre variações positivas e variações negativas nos lucros precedentes para verificar a assimetria no reconhecimento de ganhos e perdas econômicas nos resultados. O modelo é descrito da seguinte forma:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (\text{Equação 1})$$

em que:

ΔNI_{it} : variação do lucro da empresa i do ano $t-1$ para o ano t , ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t ;

$D\Delta NI_{it-1}$: variável *dummy* que assume valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$ e valor 0 nos demais casos;

ΔNI_{it-1} : variação do lucro da empresa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$, ponderada pelo valor do ativo total no início do ano $t-1$;

$\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$: variável de interação, que capta os efeitos de variações negativas antecedentes;

ε_{it} : termo de erro da regressão.

Sob a hipótese do conservadorismo, as variações negativas dos lucros (más notícias) são reconhecidas mais oportunamente nos resultados do que as variações positivas dos lucros (boas notícias).

Como o reconhecimento das boas notícias nos resultados é diferido até o momento da realização do fluxo de caixa, os ganhos decorrentes são um componente persistente do lucro que tende a não ser revertido nos períodos subseqüentes. Em conseqüência, espera-se que o coeficiente α_2 seja estatisticamente igual a zero ($\alpha_2 = 0$).

Por outro lado, o reconhecimento oportuno das más notícias nos resultados faz com que as perdas decorrentes sejam componentes transitórios do lucro, que são revertidos no período seguinte. Em razão disso, espera-se que a soma dos coeficientes α_2 e α_3 seja menor do que zero ($\alpha_2 + \alpha_3 < 0$).

A significância estatística do coeficiente α_3 releva a diferença no reconhecimento das boas e das más notícias nos resultados. O reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos implica que o coeficiente α_3 seja menor do zero ($\alpha_3 < 0$). Não há previsão para o comportamento dos coeficientes lineares α_0 e α_1 do modelo.

Ball e Shivakumar (2005) ampliaram o modelo de Basu (1997) para testar se o grau de conservadorismo nos resultados contábeis é diferenciado entre empresas de capital aberto e

empresas de capital fechado. Os autores incluíram no modelo uma variável binária interativa que discrimina as empresas segundo sua forma societária (DPR = 1 se a empresa for de capital fechado e 0 se for de capital aberto).

Para adaptar o modelo ao objetivo desta pesquisa, a variável binária foi ajustada para discriminar as instituições financeiras segundo a origem do seu capital. Assim, a variável binária assume valor um (DPR = 1) para instituições financeiras de capital privado e valor zero (DPR = 0) para instituições financeiras de capital público.

O modelo é descrito da seguinte forma:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1} + \alpha_4 DPR + \alpha_5 DPR * D\Delta NI_{it-1} + \alpha_6 DPR * \Delta NI_{it-1} + \alpha_7 DPR * D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (\text{Equação 2})$$

em que:

ΔNI_{it} : variação do lucro da empresa i do ano $t-1$ para o ano t , ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t ;

$D\Delta NI_{it-1}$: variável *dummy* que assume valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$ e valor 0 nos demais casos;

ΔNI_{it-1} : variação do lucro da empresa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$, ponderada pelo valor do ativo total no início do ano $t-1$;

$D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1}$: variável de interação, que capta os efeitos de variações negativas antecedentes;

DPR : variável *dummy* que assume valor 1 para instituições financeiras privadas e valor 0 para instituições financeiras públicas;

$DPR * D\Delta NI_{it-1}$: variável que capta o impacto no intercepto do modelo;

$DPR * \Delta NI_{it-1}$: variável de interação, que capta o efeito de variações antecedentes para instituições financeiras privadas;

$DPR * D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1}$: variável discriminatória para os valores referentes às instituições privadas;

ε_{it} : termo de erro da regressão.

Assim como no modelo anterior (Equação 1), espera-se que o coeficiente α_2 seja igual a zero ($\alpha_2 = 0$), em razão da persistência dos ganhos decorrentes das boas notícias. Da mesma forma, espera-se que o coeficiente α_3 seja menor do zero ($\alpha_3 < 0$) e que a soma dos coeficientes α_2 e α_3 também seja menor do que zero ($\alpha_2 + \alpha_3 < 0$), referentes ao reconhecimento oportuno das perdas decorrentes das más notícias (as quais as torna um componente transitório do lucro) pelos bancos estatais, conforme a segunda hipótese.

A segunda hipótese (H_{0b}) prevê que os resultados dos bancos estatais são mais conservadores do que os resultados dos bancos privados. Em conseqüência, espera-se, também, que os bancos privados apresentem menor reconhecimento oportuno das perdas decorrentes das más notícias do que os bancos estatais, o que implica que o coeficiente α_7 seja maior do que zero ($\alpha_7 > 0$). Para os objetivos desta pesquisa, não são feitas hipóteses sobre o comportamento dos coeficientes α_0 , α_1 , α_4 , α_5 e α_6 do modelo.

Para estimar os coeficientes dos modelos, utilizou-se a análise de dados em painel, que combina dados em corte transversal e em série de tempo. A estimação dos modelos de regressão com dados em painel foi feita utilizando abordagens de efeitos constantes, fixos e aleatórios. A escolha do modelo mais adequado baseou-se nos resultados da aplicação dos testes F de Chow, LM de Breusch & Pagan e W de Hausman.

Os métodos que apresentaram os melhores ajustes foram o de efeitos aleatórios para o modelo de Basu (amostra total instituições públicas e privadas e amostra de instituições privadas) e o de efeitos fixos, para os demais casos. Como foi observada heterocedasticidade nos resíduos, utilizou-se o estimador robusto de White

As hipóteses de conservadorismo nos resultados foram testadas tanto em relação ao lucro líquido quanto ao lucro operacional das instituições financeiras. Assim como nos modelos originais, os lucros de cada semestre são divididos pelo ativo total no início do período, de forma a controlar diferenças de escala.

4. Resultados

A tabela 2 a seguir mostra as estatísticas descritivas do lucro líquido e do lucro operacional da amostra total, bem como dos bancos estatais e privados isoladamente. Conforme já citado, o lucro líquido e o lucro operacional estão escalonados pelo ativo total no início do exercício.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas

Estatística	Amostra		Instituições Públicas		Instituições Privadas	
	Lucro Líquido	Lucro Operacional	Lucro Líquido	Lucro Operacional	Lucro Líquido	Lucro Operacional
Média	-0,0010	-0,0010	-0,0044	-0,0040	-0,0005	-0,0005
Mediana	0,0000	-0,0001	0,0000	-0,0002	0,0001	0,0000
Desvio-Padrão	0,0679	0,0656	0,0987	0,0880	0,0615	0,0612
Mínimo	-0,8296	-0,6634	-0,7154	-0,6602	-0,8296	-0,6634
Máximo	0,8432	0,6757	0,6758	0,6757	0,8432	0,6422

As estatísticas descritivas mostram que o lucro líquido e o lucro operacional têm média negativa tanto para os bancos estatais quanto para os privados, com valores próximos a zero. Conforme esperado, os resultados médios dos bancos estatais são inferiores aos dos bancos privados. A variabilidade dos resultados é maior nos bancos estatais do que nos privados, muito embora as instituições privadas sejam responsáveis pelos valores mínimos de lucro líquido e lucro operacional e pelo valor máximo de lucro líquido da amostra.

Para verificar se os resultados contábeis das instituições financeiras têm características de conservadorismo, o primeiro modelo (Equação 1) foi aplicado à amostra total de instituições financeiras, sem a separação entre estatais e privadas. O modelo foi calculado para o lucro líquido e para o lucro operacional.

Os modelos apresentaram baixo coeficiente de determinação para o lucro líquido e para o lucro operacional, em consonância com as evidências anteriores nacionais e internacionais. Os modelos se apresentaram satisfatórios quanto aos pressupostos da regressão.

A tabela 3 a seguir apresenta os resultados da aplicação do primeiro modelo (Equação 1) à amostra total de instituições financeiras.

Tabela 3 – Equação 1 para Instituições Públicas e Privadas

	Lucro Líquido			Lucro Operacional		
	Coefficiente	Estatística t	P-value	Coefficiente	Estatística t	P-value
Intercepto	-0,004	-0,64	0,523	0,003	0,68	0,494
α_1	0,000	0,26	0,796	0,000	0,26	0,793
α_2	-0,499	-4,13	0,000	-0,482	-4,42	0,000

α_3	0,140	0,82	0,414	0,102	0,69	0,493
$\alpha_2 + \alpha_3$	-0,359			-0,380		
R ² Ajustado	0,182			0,177		

Como o coeficiente α_2 é significativo estatisticamente e menor do que zero, há indícios de que os ganhos são reconhecidos oportunamente, o que os torna um componente transitório do lucro e não um componente persistente como esperado. Além disso, o coeficiente α_3 não apresentou significância estatística, o que releva que as perdas não são reconhecidas oportunamente pelas instituições.

Os resultados evidenciam que as perdas decorrentes das más notícias não são reconhecidas mais oportunamente nos resultados do que os ganhos decorrentes das boas notícias, assim como não há indícios de que os ganhos sejam componentes persistentes dos lucros e as perdas sejam componentes transitórios.

Portanto, não há evidências da presença de conservadorismo condicional nos resultados contábeis das instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro, o que leva à rejeição da primeira hipótese de pesquisa (H_{0a}).

Após a análise da amostra como um todo, o primeiro modelo (Equação 1) foi aplicado às sub-amostras de bancos estatais e privados, com o objetivo de identificar se os resultados contábeis de cada tipo de instituição isoladamente apresentam características de conservadorismo.

A tabela 4 a seguir mostra os resultados da aplicação do primeiro modelo (Equação 1) às instituições financeiras privadas.

Tabela 4 – Equação 1 para Instituições Privadas

	Lucro Líquido			Lucro Operacional		
	Coefficiente	Estatística t	P-value	Coefficiente	Estatística t	P-value
Intercepto	0,005	1,19	0,234	0,006	1,39	0,164
α_1	-0,001	-0,57	0,567	-0,001	-0,66	0,507
α_2	-0,647	-6,12	0,000	-0,601	-21,23	0,000
α_3	0,305	2,03	0,042	0,256	6,70	0,000
$\alpha_2 + \alpha_3$	-0,342			-0,345		
R ² Ajustado	0,269			0,253		

O coeficiente α_2 é significativo estatisticamente e apresenta sinal negativo, o que indica que os ganhos são reconhecidos antecipadamente e são revertidos no período seguinte, portanto, um componente transitório do lucro.

O coeficiente α_3 é significativo estatisticamente, mas tem sinal positivo, contrário ao resultado esperado. A soma dos coeficientes α_2 e α_3 é negativa, indicando que as perdas são reconhecidas oportunamente e revertidas no período seguinte. No entanto, o sinal positivo do coeficiente α_3 revela que as perdas não são reconhecidas de forma mais oportuna do que os ganhos. Em consequência, não há evidências da presença de conservadorismo condicional nos resultados contábeis das instituições financeiras de capital privado.

A tabela 5 a seguir mostra os resultados da aplicação do primeiro modelo (Equação 1) às instituições financeiras públicas.

Tabela 5 – Equação 1 para Instituições Públicas

	Lucro Líquido			Lucro Operacional		
	Coefficiente	Estatística t	P-value	Coefficiente	Estatística t	P-value
Intercepto	-0,017	-1,07	0,287	-0,014	-0,89	0,375
α_1	-0,002	-0,31	0,758	-0,002	-0,35	0,724
α_2	0,063	0,96	0,339	0,088	1,14	0,254
α_3	-0,955	-5,77	0,000	-0,972	-4,60	0,000
$\alpha_2 + \alpha_3$	-0,892			-0,884		
R ² Ajustado	0,085			0,038		

O coeficiente α_2 não apresentou significância estatística, o que indica que os ganhos são um componente persistente do lucro que não é revertido nos períodos seguintes. O coeficiente α_3 é estatisticamente significativo e apresenta sinal negativo, o que revela que o reconhecimento das perdas é mais oportuno do que o dos ganhos. Adicionalmente, a soma dos coeficientes α_2 e α_3 é negativa, mostrando que o reconhecimento oportuno das perdas faz com que essas sejam um componente transitório do lucro, que é revertido no período seguinte.

Esses resultados correspondem ao esperado pelo modelo na hipótese de conservadorismo. Dessa forma, há evidências da presença de conservadorismo condicional nos resultados contábeis das instituições financeiras de capital público, o que leva à confirmação da primeira hipótese de pesquisa (H_{0b}).

Para confirmar esses resultados, o segundo modelo (Equação 2) foi aplicado à amostra total de instituições financeiras. A tabela 6 a seguir mostra os resultados obtidos.

Tabela 6 – Equação 2 para Instituições Públicas e Privadas

	Lucro Líquido			Lucro Operacional		
	Coefficiente	Estatística t	P-value	Coefficiente	Estatística t	P-value
Intercepto	0,006	1,24	0,215	0,006	1,14	0,256
α_1	-0,003	-0,49	0,628	-0,002	-0,34	0,735
α_2	0,074	1,13	0,256	0,095	1,23	0,220
α_3	-0,941	-5,90	0,000	-0,946	-4,62	0,000
α_4 *						
α_5	0,004	0,62	0,532	0,003	0,52	0,606
α_6	-0,788	-5,64	0,000	-0,757	-5,69	0,000
α_7	1,440	5,99	0,000	1,371	5,46	0,000
$\alpha_2 + \alpha_3$	-0,867			-0,851		
$\alpha_2 + \alpha_6$	-0,714			-0,759		
$\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 +$	-0,215			-0,237		
R ² Ajustado	0,165			0,152		

* excluído devido à multicolinearidade.

O coeficiente α_2 não apresentou significância estatística, o que indica que os ganhos são um componente persistente do lucro que não é revertido nos períodos seguintes pelos bancos estatais. O coeficiente α_3 é negativo e estatisticamente significativo, indicando que o reconhecimento das perdas é mais oportuno do que o dos ganhos para esse grupo de bancos. Como a soma dos coeficientes α_2 e α_3 é menor do que zero, as perdas são um componente

transitório do lucro, que tende a ser revertido no período seguinte, indicando comportamento conservador pelos bancos estatais.

O coeficiente α_7 é positivo e estatisticamente significativo, revelando que o reconhecimento oportuno das perdas é menor nas instituições privadas do que nas instituições públicas. Dessa forma, os resultados das instituições financeiras de capital público são mais conservadores do que os resultados das instituições financeiras de capital privado, conforme previsto na segunda hipótese (H_{0b}).

Ressalta-se que em todos os casos os resultados obtidos com a aplicação dos modelos de reversão dos componentes transitórios do lucro são semelhantes para o lucro líquido e para o lucro operacional, tanto em relação ao sinal dos coeficientes quanto à sua significância estatística.

5. Considerações Finais

O estudo examinou o conservadorismo condicional nos resultados contábeis das instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro, a partir de uma amostra de bancos estatais e privados durante o período de junho de 1997 a junho de 2007. Foram utilizados os modelos de reversão de componentes transitórios do lucro propostos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005).

Os resultados indicam que os lucros contábeis das instituições financeiras, considerando a amostra como um todo, não apresentam atributos de conservadorismo condicional, expressos pelo reconhecimento oportuno das perdas econômicas em relação aos ganhos. Esses resultados são semelhantes tanto para o lucro líquido quanto para o lucro operacional, o que indica que não há diferenças entre eles em relação à prática do conservadorismo pelos gestores.

No entanto, examinando as instituições financeiras públicas e privadas isoladamente, há evidências de que os resultados contábeis dos bancos estatais são mais conservadores do que os resultados dos bancos privados, conforme esperado. Dessa forma, os resultados contábeis das instituições públicas refletem mais rapidamente as perdas econômicas do que os ganhos econômicos, característica não observada nas instituições privadas.

Interpretamos o conservadorismo nos resultados contábeis das instituições públicas como decorrente da maior exposição legal dos gestores. Como os bancos estatais atuam como agentes de políticas governamentais, os gestores tomam decisões sobre a alocação de recursos públicos em operações que são reguladas e fiscalizadas por órgãos de controle do governo. Para reduzir sua exposição a litígios junto a esses órgãos, os gestores das instituições públicas são mais conservadores na apuração dos lucros.

Pesquisas futuras poderiam examinar o conservadorismo nos resultados das instituições financeiras utilizando outros modelos, como, por exemplo, os de apropriações contábeis. Além disso, também poderia ser estudada a possível relação entre as práticas do conservadorismo e do gerenciamento de resultados nas instituições financeiras.

Referências Bibliográficas

BALL, R.; KOTHARI, S.P.; ROBIN, A. *The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings*. **Journal of Accounting and Economics**. v.29, p.1-51, February, 2000.

BALL, R.J.; SHIVAKUMAR, L. *Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness*. **Journal of Accounting and Economics**. v.39, p.83-128, February, 2005.

- BASU, Sudipta. *The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings*. **Journal of Accounting and Economics**. v.24, n.1, p.3-37, December, 1997.
- BUSHMAN, R.M.; PIOTROSKI, J.D. Financial reporting incentives for conservative accounting: the influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*. v.42, n.2, p.107-148, May, 2006.
- COELHO, A.C.; LIMA, I.S. Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. *In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 2007, Rio de Janeiro. Anais...* Curitiba: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação - ANPAD, 2007, CD-ROM.
- COSTA, F.M.; LOPES, A.B.; COSTA, A.C.O. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 41, p.7-20, Maio/Agosto 2006.
- HUIJGEN, C.A.; LUBBERINK, M.J.P. *Liability exposure effects on earnings conservatism: the case of cross-listed firms*. **Journal of Business Finance & Accounting**. v.31, p.1275–1309, 2005.
- LOPES, A.B.; MARTINS, E. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.
- PAULO, E.; ANTUNES, M.T.P.; FORMIGONI, H. Estudo sobre o conservadorismo nas companhias abertas e fechadas brasileiras. *In: XXX ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 2006, Salvador. Anais...* Curitiba: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação - ANPAD, 2006, CD-ROM.
- SANTOS, L.S.R. **Conservadorismo contábil e *timeliness*: evidências empíricas nos demonstrativos contábeis em US GAAP e BR GAAP das empresas brasileiras com ADRS negociadas na Bolsa de Nova Iorque**. Vitória: 2006. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FUCEPE.
- WATTS, R. L. *Conservatism in accounting part I: Explanations and implications*. **Accounting Horizons**. v.17, n.3, p.207-221, September, 2003a.
- _____. *Conservatism in accounting part II: Evidence and research opportunities*. **Accounting Horizons**. v.17, n.4., p.287-301, December, 2003b.